

00100.0 62938/2018-22  
02.01.02.10  
(2/50/E)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR EUNICIO OLIVEIRA/MDB-CE**  
**DD. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Junto se ao processado do

**REF.: PEC Nº 56/2014 - "A PEC DOS INVÁLIDOS"** nº 56, de 6 de MAIO de 2014.

José Roberto Leite de Matos  
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Em 06 de 05 de 18

Com satisfação, dirigimo-nos ao ilustre cearense, Presidente do Senado e do Congresso Nacional e, ainda, Expoente Maior do MDB no Estado, de cuja agremiação temos a honra de exercer a presidência do Diretório Municipal do pequeno e altaneiro Município de Bela Cruz, no Norte do Ceará.

Nosso pleito, digno Presidente, reporta-se a **"uma causa nobre e por demais justa"**, de que cuida a **PEC 56/2014** – a isonomia no trato dos servidores aposentados por invalidez permanente. Não cremos seja justo dar-se tratamento diferenciado entre a causa motivadora da aposentadoria por invalidez, vale dizer, se decorrente de doença especificada ou não em lei. É, pois, uma distorção discriminatória.

Ora, uma vez declarado inválido por Junta Médica Oficial o servidor vai para a inatividade e, a partir de então, se torna impedido de exercer cargos, funções públicas e/ou privadas, não importando a doença ou a limitação psicomotora que o acometeu e que motivou a sua jubilação. Por isso, tem mesmo de auferir proventos integrais (como os demais aposentados por invalidez, cujas doenças estão especificadas em lei) e não proporcionais ao tempo de contribuição, sob pena de ter comprometida a sua subsistência, máxime no momento em que mais precisa de recursos financeiros para tratar a sua doença incapacitante.

De fato, a **PEC 56/2014** traz no seu bojo importante avanço das conquistas sociais resgatadas pelo Parlamento Brasileiro. De efeito, nivela o tratamento dispensado aos servidores aposentados por invalidez e, assim, propicia condições mais dignas e humanas a todos (e não apenas a alguns) servidores públicos que, por infortúnio, viram-se obrigados a se afastarem, precocemente, das suas atividades laborais, diante do estado de invalidez declarado por perícia médica.

Dita PEC, de autoria da Deputada Federal Andreia Zito, **já foi aprovada em dois tornos na Câmara dos Deputados. Igualmente, já recebeu Parecer Favorável na CCJ, relator, Senador Romero Jucá, estando, no momento, pronta para Deliberação do Plenário do Senado Federal.**

Em sendo assim, conhecedores que somos da incansável luta desse humanista e diligente homem público no encaminhamento das demandas sociais, sempre atento às reclamações dos brasileiros que se mostram injustiçados, tomamos a liberdade de rogar a Vossa Excelência uma atenção especial ao assunto, ultimando as providências legais e colocando em votação a **PEC 56/2014**, como medida de equilíbrio e justiça.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos de prontidão – **soldados que somos da nossa agremiação** – para colaborar nos embates que se avizinham, no curso do processo político/democrático brasileiro.

Respeitosamente,  
Bela Cruz/CE, 25 de abril de 2018.

  
**ELIESIO ROCHA ADRIANO - CACHIMBÃO**  
**Prefeito Municipal de BELA CRUZ-Ceará.**



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 30 de maio de 2018.

Senhor Eliesio Rocha Adriano, Prefeito Municipal de Bela Cruz – CE,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do documento sem número, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada à Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2014, que *“Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119489>.

Atenciosamente,

  
*Luiz Fernando Bandeira de Mello*  
*Secretária-Geral da Mesa*

